



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS



Ofício n.º PMC/SEGOV/446/2009

Congonhas, 23 de dezembro de 2009.

Exmo. Sr.

Rodolfo Gonzaga da Silva

Presidente da Câmara Municipal de CONGONHAS/MG

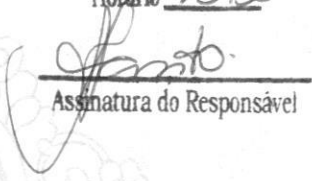
Assunto: **Encaminhamento.**

Câmara Municipal de Congonhas

Nº Protocolo (1010)

Recebido em 28 de 12 de 2009

Horário 15:55


Assinatura do Responsável

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para análise e votação dos Senhores Vereadores, o Projeto de Lei que “Revoga parágrafo único do art. 3º, da Lei 2.776, de 27 de março de 2008”.

Aproveitamos o ensejo para nossa manifestação de apreço e consideração e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Arnaldo da Silva Osório
Secretário Municipal de Governo

LEITURA EM PLENÁRIO

2ª Reunião ent.

Em 08 / 01 / 10

CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

PROJETO DE LEI N.º 102 / 2009.



Revoga parágrafo único do art. 3º, da Lei 2.776, de 27 de março de 2008.

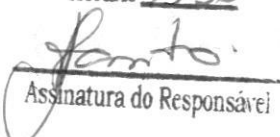
A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

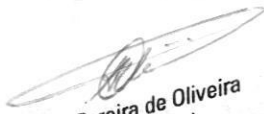
Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 3º, da Lei 2.776, de 27 de março de 2008.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 18 de dezembro de 2009.


ANDERSON COSTA CABIDO
Prefeito de Congonhas

Câmara Municipal de Congonhas
Nº Protocolo 1012
Recebido em 28 de 12 de 2009
Horário 15:55

Assinatura do Responsável


Ademir Pereira de Oliveira
Procurador Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

JUSTIFICATIVA



Senhor Presidente,
Nobres Vereadores.


O Cartão Alimentação é uma conquista do servidor, e faz parte da política do governo de valorização daqueles que no dia a dia trabalham para bem atender a nossa comunidade.

Nada mais justo estender tal benefício a todos os servidores sem qualquer tipo de discriminação.

Assim, encaminhamos a esta Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei, para apreciação, análise e com certeza, aprovação.

Congonhas, 18 de dezembro de 2009.


ANDERSON COSTA CABIDO
Prefeito de Congonhas


Ademir Pereira de Oliveira
Procurador Geral



Câmara Municipal de Congonhas



LEI N.º 2.776

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER “CARTÃO ALIMENTAÇÃO”.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão do “Cartão Alimentação” aos servidores públicos municipais da Administração Pública direta e indireta, cujo objetivo é possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal e de limpeza, prioritariamente no comércio local.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será permitido o uso do crédito alimentar para aquisição de bebidas alcoólicas e cigarro.

Art. 2º O valor do “Cartão Alimentação” será de R\$70,00 (setenta reais).

Art. 3º O “Cartão Alimentação” será concedido aos servidores efetivos, contratados, inativos e pensionistas.

Parágrafo único. Quanto aos servidores ocupantes de cargos comissionados, o benefício será concedido àqueles que percebem o vencimento de até 3 (três) salários mínimos.

Art. 4º As despesas decorrentes do “Cartão Alimentação” serão custeadas por lei orçamentária, conforme já custeadas nos exercícios anteriores.

Art. 5º Esta lei entra em vigor a partir de 31 de março de 2008.

Art. 6º Fica revogada a Lei n.º 2.686, de 12 de março de 2007.

Congonhas, 27 de março de 2008.

ANDERSON COSTA CABIDO
Prefeito de Congonhas

Congonhas, 12 de janeiro de 2010.



À
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - CLJR

Ref.: Projeto de Lei 008/2010 – revoga parágrafo único do art. 3º, da Lei 2.776, de 27 de março de 2008.

PARECER

Versa o projeto sobre modificação da Lei Municipal nº 2.776, de 27 de março de 2008, que autoriza o Poder Executivo a conceder Cartão Alimentação.

A competência de iniciativa é do Executivo, sendo que o projeto foi por este proposto.

A matéria está no rol dos assuntos de interesse local.

A proposta foi acompanhada de justificativa.

O projeto é legal e constitucional.

Este é o nosso parecer, smj.

Adriano Melillo
PROCURADOR DO LEGISLATIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS



Ofício n.º PMC/SEGOV/021/2010

Congonhas, 14 de janeiro de 2010.

Exmo. Sr.

Eduardo Cordeiro Matosinhos

Presidente da Câmara Municipal de
CONGONHAS/MG


Assunto: **Encaminhamento.**

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para análise e votação dos Senhores Vereadores, o Projeto de Lei **Substitutivo n.º 001/2010 ao Projeto de Lei n.º 107/09** que “*Dá nova redação ao art. 3º, da Lei n.º 2.776, de 27 de março de 2008 e revoga parágrafo único*”.

Aproveitamos o ensejo para nossa manifestação de apreço e consideração e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Arnaldo da Silva Osório
Secretário Municipal de Governo

LEITURA EM PLENÁRIO

3ª Reunião ext.

Em 14 / 01 / 10

CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS



PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO N.º 001/2010 AO PROJETO DE LEI N.º 107/09.

Dá nova redação ao art. 3º da Lei n.º 2.776, de 27 de março de 2008 e revoga parágrafo único.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º **Art. 2º** O art. 3º da Lei n.º 2.776/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º O “Cartão alimentação” será concedido aos servidores efetivos, contratados, inativos, pensionistas e comissionados.
Parágrafo único. REVOGADO.” (NR)*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 14 de janeiro de 2010.


ANDERSON COSTA CABIDO
Prefeito de Congonhas

PROJETO DE LEI Nº substitutivo nº 001/10
APROVADO EM única DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
VOTAÇÃO 07 FAVORÁVEIS - NULOS
- CONTRÁRIOS - BRANCOS
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG
Em 14 de janeiro de 2010.

Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

JUSTIFICATIVA



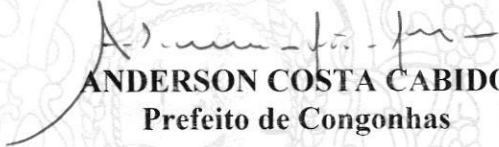
Senhor Presidente,
Nobres Vereadores.

O Cartão Alimentação é uma conquista do servidor, e faz parte da política do governo de valorização daqueles que no dia a dia trabalham para bem atender a nossa comunidade.

Nada mais justo estender tal benefício a todos os servidores sem qualquer tipo de discriminação.

Assim, encaminhamos a esta Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei, para apreciação, análise e com certeza, aprovação.

Congonhas, 14 de janeiro de 2010.


ANDERSON COSTA CABIDO
Prefeito de Congonhas



Câmara Municipal de Congonhas

Câmara Municipal de Congonhas, 14 de janeiro de 2010.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
Comissão de Obras e Serviços Públicos.
Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento



Ref.: Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei nº 107/2009 – Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 2.776, de 27 de março de 2008 e revoga parágrafo único.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei tem por finalidade premiar os servidores públicos municipais, ampliando o benefício do Cartão Alimentação.

A matéria está inserta na competência municipal, sendo assunto de interesse exclusivamente local.

O projeto vem acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de declaração da verificação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

A despesa em questão está dentro da disponibilidade orçamentária e financeira do Legislativo, estando o projeto em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal e no seu mérito vem valorizar os servidores ativos e inativos, entendemos que está devidamente justificada a proposta.

Somos pela aprovação do projeto.

O projeto é legal e constitucional.

Este é o nosso relatório.

Relator

CMC/mgrm



Câmara Municipal de Congonhas

Câmara Municipal de Congonhas, 14 de janeiro de 2010.



REDAÇÃO FINAL

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Ref.: Projeto de Lei Substitutivo nº 001/2009 ao projeto de lei 107/2009 – Revoga parágrafo único do art. 3º, da Lei 2.776, de 27 de março de 2008

RELATÓRIO

O projeto de Lei nº 001 substitutivo de autoria do Executivo, após ter sido aprovado conclusivamente em Plenário, retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Após análise do projeto verificamos que seu texto está de acordo com a técnica legislativa, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

Este é o nosso relatório.

Relator

Quarto

Felic

Net

Conselho

CMC/mari



Câmara Municipal de Congonhas

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 004/2010



Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 2.776, de 27 de março de 2008 e revoga parágrafo único.

A Câmara Municipal, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte lei:

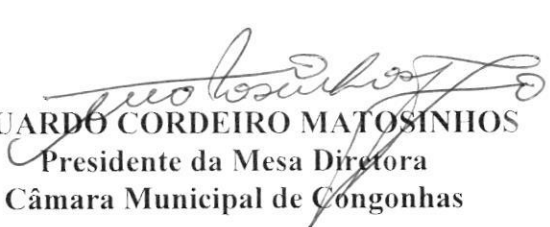
Art. 1º O art. 3º da Lei nº 2.776/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O ‘Cartão alimentação’ será concedido aos servidores efetivos, contratados, inativos, pensionistas e comissionados.

Parágrafo único. REVOGADO.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Congonhas, 15 de janeiro de 2010.


EDUARDO CORDEIRO MATOSINHOS
Presidente da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Congonhas

CMC/mari



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

LEI Nº 2.929, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010



Dá nova redação ao art. 3º da Lei n.º 2.776, de 27 de março de 2008 e revoga parágrafo único.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei n.º 2.776/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O “Cartão alimentação” será concedido aos servidores efetivos, contratados, inativos, pensionistas e comissionados.

Parágrafo único. REVOGADO.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 8 de fevereiro de 2010.


ANDERSON COSTA CABIDO
Prefeito de Congonhas



CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG

Secretaria, em 10-03-2010.

Refere-se ao Projeto de Lei
nº 0107/2009.

Favor,

Arquivar-se


Elder Vale Marques
Gerente do Legislativo

